

---

# AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO E DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL

---

Maressa Mendanha Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho tem por disposição a análise das relações entre Brasil e Argentina, buscando entender o decorrer da história desses dois países, e como se formou a relação que existe entre eles atualmente. A relação Brasil e Argentina é marcada por diversos avanços tecnológicos, exploração de lações, aproximações e recuos; o passado de ambos se assemelham desde a colônia e se interligam de diversas formas em vários momentos. Dessa forma, se busca aqui a análise desses acontecimentos através de uma linha temporal demonstrando de maneira didática e concisa como se deu sua relação diplomática e qual a influência exerce esses países entre si. Com o método qualitativo se espera a análise de biografias, a partir de consultas a arquivos de fontes primárias e secundárias, como relatórios oficiais, artigos acadêmicos e de opinião, revistas científicas, livros e documentários que tratem sobre os governos das épocas analisadas e expliquem as variações entre os dois Estados. Será traçada uma linha temporal que se inicia no período militar em ambos os países para entender como os problemas domésticos de cada um refletiu positiva ou negativamente na relação bilateral de ambos; discutindo-se também a nova aproximação a partir do final da década de 1970 e como se deu a criação do Mercosul e sua importância para a derrubada de “muros” existentes entre os países latinos, consolidando uma aproximação entre outros países da região da América do Sul e a importância dessa representatividade.

Palavras-chave: Relações Bilaterais; Brasil; Argentina; Mercosul; Redemocratização.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as relações históricas entre essas duas nações tão contrastivas, é interessante e inevitável ressaltar uma soma considerável de comparações. Paulo Roberto de Almeida traz um olhar comparativo das duas nações em suas ‘fragilidades’, o insuficiente desenvolvimento econômico e social que aflige a história passada e presente dos dois países é uma das, se não a maior parte dos problemas, que de acordo com Almeida deriva “de erros de gestão macroeconômica e de escolhas infelizes de suas elites políticas ao longo dos anos de formação das nações respectivas e dos

---

<sup>1</sup> Universidade Paulista - UNIP, [maressamendanha9@gmail.com](mailto:maressamendanha9@gmail.com), 0000-0002-5573-5464.

momentos de ajuste aos desafios externos, no decorrer do século XX.”<sup>2</sup> Em aspectos de competitividade e rivalidade, durante muito tempo prevaleceu o argumento de que a Argentina seria mais bem mais desenvolvida que o Brasil, isso era devido a uma influência ‘europeia’ muito enraizada na formação étnica do povo Argentino; além disso, questões como o nível de importância que o governo dava a questões básicas como educação da população, compunham parte desse argumento. Posteriormente houve uma inversão de papéis no imaginário Argentino, onde o Brasil foi que teve o melhor desempenho se tratando de industrialização e da consolidação de uma base econômica, para Almeida, isso se deve “ao maior envolvimento de seu Estado na gestão macroeconômica, em lugar do liberalismo praticado naquelas margens da bacia do Prata.” A relação atual dos dois países busca um desenvolvimento conjunto, o que tem sido feito através do Mercosul, entretanto é importante se atentar a (ALMEIDA, 2005).

Paulo Roberto de Almeida afirma que:

“[...] As influências mútuas entre os dois maiores países da América do Sul foram, na verdade, limitadas, uma vez que as duas economias sempre foram relativamente excêntricas – isto é, voltadas para os parceiros privilegiados no hemisfério norte – e os regimes políticos mantiveram, contra toda racionalidade e interesses imediatos, certo distanciamento competitivo, que em alguns momentos quase descambou para a hostilidade, ou seja, para a corrida armamentista e para uma possível disputa pela hegemonia nacional. Esta se deu desde o início da formação dos dois Estados nacionais, primeiro em torno da Cisplatina – finalmente consagrada como o Estado independente do Uruguai, um “algodão entre cristais”, segundo a definição do diplomata britânico que presidiu ao arranjo de 1828 -, depois a propósito do Paraguai, que antes de surgir como enclave independente, integrava o Vice-Reinado do Rio da Prata, do qual fazia parte também a Bolívia. A diplomacia imperial sempre se preocupou em assegurar que o mesmo poder não ocuparia as duas margens do Prata, daí os conflitos com os caudilhos argentinos, que aliás se prolongaram, pelo menos como hipótese bélica, até avançado o século XX [...]”

De acordo com Fausto e Devoto, esses dois países enfrentaram simultaneamente em épocas próximas, seus respectivos processos de desenvolvimento e modernização econômica e política, para Almeida esses processos ocorreram através de “experimentos nacionalistas e populistas”, destacam-se a importância de figuras como Vargas e Perón. Das visões citadas no parágrafo anterior, é certo

---

<sup>2</sup> Meridiano 47, Boletim de análise de conjuntura em relações internacionais, Instituto brasileiro de relações internacionais ISSN 1518-1219 Nº 59 junho - 2005, pg 15

afirmar que o imaginário dos dois países estava parcialmente certo, a Argentina possui um maior grau de inserção social comparado ao Brasil, entretanto em aspectos industriais desenvolvimentista, o Brasil possuiu um maior sucesso na consolidação de uma base industrial e uma economia agroexportadora incomparáveis com a da Argentina. Movimentos sindicais em excesso, somados com o temor que pairava sobre as classes médias de países ‘capitalistas’ durante a guerra fria guiaram Brasil e Argentina a duradouros períodos de autoritarismo militar, com dimensões específicas em cada um dos países.

O período de redemocratização desses dois países é o que vai permitir que o processo de integração, iniciado no final dos anos 1950, receba um novo folego, inicialmente focado na bilateralidade – tratado para a formação de um mercado comum de 1988 – mas que logo incorporaria mais dois países em 1991.

## 2. RELAÇÕES ARGENTINA E BRASIL NO PERÍODO MILITAR

A Argentina carecia de recursos minerais e sua energia provinha principalmente de termelétricas. Em 1969, o "Tratado da Bacia do Prata" foi assinado para permitir que os países que compartilham esses recursos possam usá-los juntos. Segundo Moniz Bandeira (1987, p.47), “a ideia subjacente parece ser que a Argentina quer transformar Montevidéu em um porto natural, o que ordenará o processo de integração da Bacia do Prata como país industrial”.

Na negociação, os dois países estavam sob regime militar, mas alguns estudiosos da área, como Fajardo (2004), acreditam que esse não é o fator decisivo que os uniu. Comparado com o tempo, para Fajardo, o Brasil é mais estável em termos de liderança política. O presidente brasileiro não teve sucesso em grandes crises. Na Argentina, esses líderes com ascendência militar e civil não conseguiram se livrar da rebelião interna, da revolução da Argentina e dos dois países, a crise do governo é exclusiva dos militares.

Como resultado, por ter um claro estado geopolítico, as pessoas têm certo medo do discurso antibrasileiro. Candeas (2005) acredita que uma das dificuldades nas relações bilaterais é a falta de regras, as mudanças conflitantes no quadro nacional e a excessiva turbulência interna, o que fez com que a Argentina precisasse de “interlocutores eficazes” para lidar com situações de conflito. Os problemas internos da Argentina levaram a uma definição inadequada de sua política externa. Somente após a estabilização do governo Videla (1976-1980) é que a reciprocidade mudou. Após a

dissolução de Isabelita<sup>3</sup>, as Forças Armadas voltaram à política, foi quando o General Jorge Rafael Videla, que assumiu o cargo em 1981, deu início ao processo de reorganização nacional e política externa seguida de militarismo e liberdade como modelo econômico. A intervenção da Argentina no cenário internacional, comparada com a América do Sul, finalmente decidiu superar a disputa Itaipu-Copps.

O conflito com o Brasil era indesejável porque, segundo o autor, o regime precisava combater a insurgência interna. O plano escolhido foi chegar a um acordo com o Brasil e dar prioridade às negociações, que culminou no Acordo Tripartite Itaipu-Corpus de 1979. No processo de industrialização do Brasil, a geração de energia é essencial, e por carecer de outras fontes, os argentinos acreditavam que o Brasil estabeleceu usinas hidrelétricas - por exemplo, Urubupungá - suficiente para atender às necessidades de industrialização do país, as intenções do Brasil foram consideradas de expansionismo e Itaipu seria uma plataforma para a hegemonia brasileira na Bacia da Prata.

O projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, destruiu a harmonia entre os dois países. Buenos Aires temia que a operação de barragens causasse problemas de navegação e danificasse os projetos na Argentina. Em 1973, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução No. 3129 "Cooperação no domínio do meio ambiente relacionado com os recursos naturais partilhados por dois ou mais países", que previa a cooperação entre países que partilham recursos naturais, o que significava vitória da Argentina, que não teve influência porque esta resolução foi apenas recomendação, opcional e, portanto, não impedindo a Itaipu de iniciar as obras em 1975. Assim, o conflito não foi resolvido porque nenhum país desistiu dos interesses nacionais, deixando a Argentina com a escolha de negociação ou guerra.

A princípio a Argentina não descartou a possibilidade da guerra, o que fez com que a estratégia brasileira tomasse medidas dualistas. Em 1976, Itaipu se tornou realidade e Corpus (um empreendimento bilateral Argentino-paraguaio) era apenas um projeto. A Argentina tinha um projeto em mente Corpus em interdependência técnica com Itaipu, e em 1977 propôs uma negociação tripartite com os países envolvidos, a proposta não foi aceita pelo Brasil por se considerar o fracasso pelo princípio da consulta prévia, argumentando também que o caso Corpus deveria ser resolvido apenas entre Argentina e Paraguai. Nesse contexto, a Argentina propôs "Diplomacia militar", que era para impedir uma luta de diálogo entre os militares.

---

<sup>3</sup> María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita Perón, terceira esposa do presidente Juan Domingo Perón, foi a 39ª Presidente da Argentina de 1974 a 1976 quando sofre um golpe de estado dado pelos militares. (nota própria)

Nessa estratégia, as tensões foram superadas e as reuniões tripartidas passaram a ser realizadas no fim do governo de Geisel, e resultou em um acordo final que acabou sendo assinado com o governo de Figueiredo. Para o governo Figueiredo, a resolução deste conflito era uma ação prioritária. A relação entre os dois países promoveu o "Acordo Tripartite Itaipu-Corpus" e encerrou a disputa iniciada em 1966. Manter o conflito não era interessante, pois poderia exigir mobilização de recursos que no momento não era permitido pela situação do país incluindo prosperidade, a diplomacia do Universalismo de Figueiredo priorizou o fortalecimento de laços com a Argentina e conseguiu resolver o conflito na Bacia do Prata. A resolução o conflito inaugurou uma era de cooperação entre Argentina e Brasil e a usina de Itaipu entrou em serviço em 1984.

### 3. AS RELAÇÕES BILATERAIS NO INÍCIO DOS GOVERNOS MILITARES

Ainda que Brasil e Argentina mantivessem uma relação amistosa, que resultava em um intercâmbio comercial expressivo, no contexto exterior, tal como o próximo como também o mundial, e a instabilidade política na região do Prata<sup>4</sup>, acabavam por provocar oscilações no convívio dos dois países, isso fez com que esse se alternasse dos comportamentos de prevenção e disputa da hegemonia sub-regional às expansões de amizade e promessas de amor eterno, como a de Roque Sáenz Peña: “tudo nos une, nada nos separa”, mantendo o discurso também durante o período Vargas (1930-1945). No início deste período, as relações entre os dois países melhoraram, especialmente quando os primeiros-ministros Macedo Suarez e Saavedra Lamas atuaram na mediação da Guerra do Chaco<sup>5</sup> e assinaram a construção no rio Uruguai em 1935, no entanto, os dois países questionaram a liderança da sub-região, especialmente durante a eclosão da Segunda Guerra Mundial (Candeas, 2005).

Alinhado com os Estados Unidos, os governos militares Argentinos que foram de 1955 a 1958 marcados como períodos de expurgo político e intervenções, aderiu aos acordos de Bertton Woods, em 1956, e passaram a ter acesso ao FMI; esse fato altera a política de acordos comerciais bilaterais onde passa a si adotar uma participação no regime multilateral de comércio, e são reabertos

---

<sup>4</sup> A disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai e hegemonia na região do Rio da Prata, ficou conhecida como Guerra do prata, e durou de agosto de 1851 a fevereiro de 1852. É também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas. (nota própria)

<sup>5</sup> Conflito armado entre Bolívia e Paraguai pela disputa territorial da região do Chaco Boreal, considerada a maior guerra na América do Sul durante o século XX. (nota própria)

então as dependências a empréstimos internacionais, o que serviram para o financiamento de infraestruturas compensando os desequilíbrios comerciais (Bueno, 1997).

Jânio Quadros (1961) continuou a traçar uma política de reconciliação com o país da platina e, em abril de 1961, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, se reuniu com o presidente Arturo Frondizi, que, assinou um acordo de amizade e negociação assim como também duas declarações (uma econômica e outra política). No mesmo ano, passou a se reunir o Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil-Argentina, que foi constituído em 19 de setembro de 1958 sob a gestão de JK.

A renúncia de Jânio não mudou a política externa. Essa continuidade pode ser vista com a "Declaração do Galeão" assinada pelo Presidente Goulart e pelo Presidente Frondizi em 24 de setembro de 1961, que reafirmou o entendimento entre os dois países. O objetivo era estabelecer uma zona de livre comércio. A fase competitiva de apoio à integração parecia ter acabado. Devido à complementaridade entre as duas economias, isso era quase imperativo, Brasil e Argentina deveriam se tornar o núcleo de um grande mercado latino-americano (Candeas, 2005).

Entretanto, com o golpe militar de 1966 sendo apoiado por grupos tradicionais, Católicos integristas e agentes sindicais, na esfera do "pacto sindical-militar" durante o período militar desses dois países, um novo confronto eclodiu, principalmente devido às disputas causadas pelo uso dos recursos hídricos do rio Paraná<sup>6</sup>. Como resultado, o Brasil encontrou problemas no campo multilateral, especialmente na Conferência Mundial do Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, quando a Argentina defendeu os argumentos de pré-negociação e as informações técnicas que um país deveria fornecer a outro no caso da mineração compartilhando recursos naturais.

A política econômica liderada pelo ministro ultraliberal Martínez de Hoz<sup>8</sup>, aplicando teses monetaristas da Escola de Chicago: abra negócios e finanças, aumente as taxas de juros e sobrevalorização da moeda, levaram a Argentina aos anos de 'Plata Dulce'<sup>9</sup> (a especulação financeira). O resultado foi desastroso: a dívida externa aumentou, desindustrialização e desemprego tomaram conta do país. Externamente, o regime militar manteve orientações feitas no Governo anterior de Perón: participando do Movimento dos Não-Alinhados, aprofundando as relações

---

<sup>6</sup> Rio Paraná se encontra na divisa entre Brasil e Paraguai, e foi motivo de discussões entre os dois países por direito de uso de seus recursos.

<sup>7</sup> Na época da Conferência de Estocolmo, o Brasil estava passando por seu "milagre econômico", e defendeu incisivamente a utilização de recursos naturais independentemente da preocupação com a preservação ambiental. (nota própria)

<sup>8</sup> José Alfredo Martínez de Hoz foi ministro da Economia durante o governo de Jorge Rafael Videla entre 1976 e 1981 (nota própria).

<sup>9</sup> Expressão de origem Argentina que significa 'dinheiro fácil'.

'Plata Dulce' é também o título de um filme de comédia argentino de 1982 que dispõe uma crítica social e política contra o até então regime vigente. (nota própria).

comerciais com a URSS (nesse período a Argentina deu início à um significativo projeto de cooperação nuclear), "Autonomia Heterodoxa" relacionado aos Estados Unidos (temas nucleares e direitos humanos) (Candeas, 2005).

As relações com o Brasil alternaram entre momentos de tensão e estagnação: existiam problemas com a interpretação do Tratado de paz, amizade, comércio e Navegação (1856)<sup>10</sup>, isso fez com que impedissem a passagem de túnel na divisa com Chile de caminhões transportando cargas brasileiras, houve retaliação do Brasil, que fechou as fronteiras dos caminhões argentinos. Se houvesse cooperação as atividades bilaterais eram realizadas sob a sinistra 'Operação Condor'<sup>11</sup>. A Argentina dessa forma, se viu preocupada com a força industrial do Brasil, que, ampliou a diferença de poder regional. "O Milagre Brasileiro" em contraste com a turbulência política e econômica na Argentina, evidenciou os sentimentos de antagonismo e desconfiança (Bueno, 1997).

#### 4. A NOVA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO FINAL DA DÉCADA DE 1970

##### 4.1. Rivalidade no período militar

Durante o período militar dos dois países, novas disputas eclodiram principalmente devido a litígios causados pelo uso de recursos hídricos do rio Paraná. Em 1972, o Brasil fez um balanço do meio ambiente mundial em Estocolmo, quando a Argentina defendeu os argumentos antecipados e as informações técnicas que a Ace deveria fornecer a terceiros no caso de uso de recursos naturais compartilhados. Resolvida a questão da construção de Itaipu (por meio do acordo de 1980), a relação entre os dois maiores países da América do Sul passou por uma verdadeira virada.

Devido à exploração dos recursos compartilhados do rio Paraná, as relações internacionais entre Brasil e Argentina durante o governo militar e o acordo Itaipu-Corpus 12 foram pacíficas, o que se tornou um fator importante na aproximação entre Brasil e Argentina. Isso representa o fim da construção das usinas de Itaipu, que há mais de uma década causava disputas entre os dois países.

---

<sup>10</sup> Decreto nº 1.781, de 14 de julho de 1856.

<sup>11</sup> Campanha oficial e formalmente implementada em novembro de 1975 pelas ditaduras de direita de direita do Cone Sul e promovido pelos Estados Unidos, usava de repressão política e terrorismo de Estado envolvendo operações de inteligência e assassinato de opositores com o argumento de "combater o comunismo".

<sup>12</sup> O Acordo Tripartite Itaipu-Corpus soluciona a discussão sobre a utilização dos recursos hídricos.

Conflitos e decisões são deixados para o estado-nação e seu poder de fiscalização, enquanto o impacto da legislação e da justiça em outras áreas é mínimo. Isso leva em consideração que as negociações são conduzidas por um governo militar com características de censura e repressão. Segundo Fajardo (2004), “para autores conhecedores da realidade das relações internacionais, existem duas opções de disputa entre nações: a negociação ou a guerra.” No entanto, quando surgem conflitos entre rivalidades que diferem muito no poder de seus respectivos países, sua superação muitas vezes leva a uma situação estranha, neste caso, períodos de separação e coexistência ocorrem alternadamente de "força comparativa" onde os países "fracos" adotam uma política de oscilação nas relações com seus vizinhos “mais fortes” para facilitar a obtenção de benefícios, esse é um padrão adotado há anos nas relações entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. (FAJARDO, 2004, p. 37).

#### *4.2. O processo de aproximação política representado pelo Mercosul*

Essa integração entre os países sul-americanos visa promover o desenvolvimento econômico, social e político de seus membros e associados. Para tanto, seu principal objetivo é promover o livre fluxo de bens, serviços, capitais e pessoas, ao mesmo tempo em que reduz tarifas, barreiras tarifárias e impostos em parte ou na totalidade. Os objetivos do Mercosul são que os países possam estabelecer a livre circulação de bens, serviços e insumos por meio da eliminação de impostos, taxas e alfândegas. Para tanto, foi estabelecida uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com outros países e adotada uma política comercial comum entre os membros. O bloco também visa coordenar e direcionar a formação e ajuste das políticas econômicas para garantir que os membros do mercado sejam competitivos no cenário capitalista global.

Na esfera política, os estados que entram no bloco são obrigados a adaptar seus sistemas de governança a certos requisitos impostos, como democracia, direitos humanos, política de desenvolvimento social entre outros. Esses ajustes permitem uma maior harmonização entre as políticas internas dos países e, automaticamente, uma maior integração em bloco, com sociais, políticos e, claro, econômicos. Atualmente, participam do Mercosul todos os países sul-americanos que atuam no bloco como membros ou associados. Os Estados membros são os países fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e a Venezuela, Estado membro desde 2012 que está suspenso por violar as regras do bloco. O restante da América do Sul (Chile, Bolívia, Equador, Colômbia,

Guiana, Peru e Suriname) são membros porque participam regularmente do bloco, mas não gozam dos mesmos benefícios que os membros, como a Tarifa Externa Comum (TEC).

Na integração do Mercosul há algo a mais, ou seja, o lastro histórico, a tendência natural de convivência harmoniosa que existe entre os países unidos, principalmente entre Brasil e Argentina. O sucesso de hoje cobre quase todos os países do Cone Sul. Ao observar rapidamente as recentes relações bilaterais entre os dois países, podemos concluir que no momento da abertura ao mundo exterior e no governo usualmente denominado governo progressista no Brasil, a relação com a América Latina e a Argentina, especialmente a Argentina, está mais próxima. Isso foi comprovado na política externa independente de Quadros e Goulart.

O Mercosul veio para terminar de derrubar “muros” existentes entre Brasil e Argentina, além de aproximar outros países da região sul. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado por meio do Tratado de Assunção em 1991, que promoveu um novo estímulo à integração sub-regional. Essa integração entre os países sul-americanos visa promover o desenvolvimento econômico, social e político de seus membros e associados. Para tanto, seu principal objetivo é promover o livre fluxo de bens, serviços, capitais e pessoas, ao mesmo tempo em que reduz tarifas, barreiras tarifárias e impostos em parte ou na totalidade. Os objetivos do Mercosul são que os países possam estabelecer a livre circulação de bens, serviços e insumos por meio da eliminação de impostos, taxas e alfândegas. Para tanto, foi estabelecida uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com outros países e adotada uma política comercial comum entre os membros.

Segundo Vásquez e Briceño Ruiz (2009), com a crise do Real no Brasil a partir de 1999 e a crise argentina em 2001, o Mercosul passou por um processo de retrocesso. Isso fez com que a década de 2000 demonstrasse um período de reestruturação e de lançamento de novas iniciativas regionais na América do Sul. O “Mercosul Competitivo” deu lugar ao “Mercosul Solidário” marcado por políticas para a integração produtiva, inclusão social e participação cidadã. Com uma agenda positiva e o estabelecimento de uma “agenda não econômica” (VAZ; FIGUEIRA, 2006), o Mercosul entrou no estágio do “Regionalismo Pós-Liberal” sustentado no deslocamento dos temas de liberalização e desregulação comercial para uma agenda notadamente política com protagonismo dos Estados (SERBIN, 2010).

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. **Conflito e Integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BANDEIRA, M. **O eixo Argentina-Brasil; o processo de integração da América Latina**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1987.

BUENO, Clodoaldo. **Passado e presente das relações Brasil-Argentina**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Rev. Bras. Polít. Int, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a07.pdf>

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais / Thales Castro**. – Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em <[https://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf)>

**Causas da Guerra do Paraguai - Brasil Escola** disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/as-causas-guerra-paraguai.htm>>

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CONTIJO, Oáudio. **O PLANO CAVALLO: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR**. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2068.pdf>

FAUSTO, Boris, e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2004.

**Há 30 anos, criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina**. Senado Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>>

**MERCOSUL** – Mundo Educação  
Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mercosul.htm>

Meridiano 47, **Boletim de análise de conjuntura em relações internacionais**, Instituto brasileiro de relações internacionais ISSN 1518-1219 N° 59 junho - 2005, pg 15  
**Relações Brasil – Argentina, Itamaraty**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>

PENÃ, F. *Cuadernos del Parlatino*, n°6 (II Foro Mercosur Nafta, 27-28 out. 1994).

PÉREZ LLANA, C. *La nueva agenda internacional y la política exterior argentina*. In: RUSSEL, R. (org.). *La política exterior argentina en el nueva orden mundial*. Buenos Aires: FLACSO/Grupo Editorial Latinoamericano, 1992.

**Saiba mais sobre o MERCOSUL** - Mercosul, Itamaraty.

Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>